



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2025

ATA N.º 2/2025

----- Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Cidade de Reguengos de Monsaraz e Salão Nobre dos Paços do Município de Reguengos de Monsaraz, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e sendo a mesma composta, ainda, pelo Senhor Rogério Paulo Carujo Carreteiro, na qualidade de Primeiro Secretário, e pela Senhora Eleonora de Jesus Fernandes Paixão, na qualidade de Segundo Secretário, em substituição. -----

----- Eram dezanove horas quando a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu início aos trabalhos desta sessão, cumprimentando todos os presentes, bem como, os que acompanham esta sessão via streaming. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, abordou a questão da proteção de dados, solicitando aos Senhores Deputados o preenchimento da declaração de consentimento, quem ainda não o fez para todo o mandato. -----

----- De seguida, e ainda relativamente à questão da proteção de dados, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, questionou aos Senhores Deputados presentes, e dirigindo-se àqueles que não deram o seu consentimento para todo o mandato de 2021/2025, se algum se opunha à sua imagem ou voz, uma vez que estão a transmitir a sessão via streaming, ao que ninguém se opôs. -----

Membros Presentes

----- Depois de feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados: Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques (Partido Social Democrata); João Carlos Borrego Alves da Silva (Partido Socialista); Sandra Isabel Lopes da Silva (Partido Social Democrata); José Luís Janeiro de Oliveira Merca (Partido Socialista); Nuno Miguel dos Santos Lavaredas (Partido Social



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Democrata); Maria Manuela Rodrigues Marques (Partido Socialista); Eleonora de Jesus Fernandes Paixão (Partido Social Democrata); Ana Rita Espenica Godinho Feijão (Partido Socialista); Rogério Paulo Carujo Carreteiro (Partido Social Democrata); António José Moreira Colaço (Coligação Democrática Unitária); Jorge Eduardo Fortes Agostinho (Partido Social Democrata); Pedro Manuel Sousa Vaz de Carvalho (Partido Socialista); Elsa Cristina Lopes Godinho (Partido Social Democrata); Vânia Isabel dos Santos Ramalho (Partido Socialista); Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz (Partido Socialista) e Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz (Partido Social Democrata). -----

----- Não compareceram os Senhores Deputados, Mário Sérgio Mendes Ramalho (Partido Socialista); Eduardo Manuel Cardoso da Silva (Partido Socialista); Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro (Partido Social Democrata); Luciana Sofia Gato Patrício (Partido Chega), António José Fialho Cartaxo, Presidente da Junta de Freguesia de Corval (Partido Socialista) e Luís António Rato Fonseca, Presidente da União das Freguesias de Campo e Campinho (Partido Socialista), tendo sido apresentadas justificações das respetivas faltas, por escrito, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 29.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Senhor Deputado Mário Sérgio Mendes Ramalho (Partido Socialista) foi substituído, de conformidade com o artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, pela Senhora Deputada Maria Manuela Rodrigues Marques. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Manuel Cardoso da Silva (Partido Socialista) foi substituído, de conformidade com o artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, pelo Senhor Deputado Pedro Manuel Sousa Vaz Carvalho. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Alexandre dos Santos (Partido Social Democrata) foi substituído, de conformidade com o artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, pela Senhora Deputada Elsa Cristina Lopes Godinho. -----

----- Do Executivo Municipal estavam presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, a Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena e o Senhor Vice-Presidente, Francisco José Cardoso Grilo. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Ordem do Dia

- Declarada aberta a Sessão com a seguinte **Ordem do Dia:** -----
- **Ponto Um** - Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município; -----
- **Ponto Dois** - Autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais (Informação n.º 2/GP/2025 – De 1 de fevereiro a 31 de março de 2025); -----
- **Ponto Três** - Documentos de Prestação de Contas de 2024; -----
- **Ponto Quatro** - Revisão n.º 2 ao Plano Plurianual de Investimentos 2025-2029 e Orçamento 2025; -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Alteração da data e horário da sessão da Assembleia Municipal

- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, referiu que a presente sessão da Assembleia Municipal decorreu em data e hora diferente da que estava agendada, em virtude do corte de energia ocorrido no dia para que estava marcada a sessão, dia 28 de abril de 2025, pelas 21.00 horas, e tendo em conta o evento a realizar na presente data pelas 21.30 horas, julgou ser esta a melhor hora, 19.00 horas, para realização da sessão da Assembleia Municipal, uma vez que terão que tomar decisões relativamente ao Relatório de Contas do Município que terão que ser tomadas até dia 30 de abril de 2025, agradecendo os ajustes necessários que os Senhores Deputados tiveram que fazer nas suas vidas. -----
- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Suspensão de mandato – Élia de Fátima Janes Quintas

- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, na sequência do pedido de suspensão de mandato por 6 meses da Senhora Deputada Élia de Fátima Janes Quintas, do Partido Socialista, a mesma enviou um pedido para a Assembleia para prolongar a suspensão de mandato, por um período de mais seis meses, começando dia 16 de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

abril de 2025 prolongando-se até ao final do mandato. Informou, também, que o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, permanecerá líder de bancada do Partido Socialista, conforme vinha acontecendo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Mesa da Assembleia Municipal incompleta

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, chamou a Senhora Deputada Eleonora de Jesus Fernandes Paixão para a Mesa da Assembleia Municipal, em suplência do Segundo Secretário, o Senhor Pedro Alexandre dos Santos Pinheiro. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Aprovação da ata da Sessão Ordinária realizada em 19 de abril de 2024

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, em ordem ao preceituado no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, deu conta da ata da sessão ordinária realizada no dia 19 de abril de 2024, tendo a mesma sido colocada à apreciação dos membros do órgão. -----

----- Usou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz, Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, começando por cumprimentar todos os presentes, bem como, quem assiste à sessão via streaming. De seguida, referiu que, em relação à ata do dia 19 de abril de 2024, que se encontra em aprovação e não foi a mesma votada na última Assembleia Municipal por algumas referências suas, verificou que a mesma não foi alterada a mesma nesse sentido, pelo que, o seu sentido de voto é contra, e apresentando à Mesa uma Declaração de Voto. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, referiu que ouviram atentamente a gravação e a que consideração que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz, Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, fez, tem todo o sentido, mas a verdade é que não podem alterar uma ata quando a gravação é testemunha, ou seja, a ata traduz fielmente o que está na gravação. Mais disse que, o que está em causa é a



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

intervenção que o Senhor Vereador fez no período destinado à intervenção do público, em que na última Assembleia Municipal, o Senhor Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, tinha levantado a questão de que, em termos de organização da ata, não lhe parecia adequado estar a intervenção do Senhor Vereador no período da intervenção do público, sendo que todos têm uma opinião formada acerca disso, até porque o Regimento também ajuda a clarificar, mas o que é facto é que a intervenção ocorreu nessa altura, existindo uma gravação, traduzindo, esta ata fielmente o que está na gravação, daí que a ata veio precisamente como veio na anterior sessão. Mais disse que não podem arranjar esteticamente uma ata, quando a gravação traduz o contrário. De seguida, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Aprovada por maioria com nove votos a favor, sendo cinco dos Senhores Deputados do Partido Social Democrata (Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, Sandra Isabel Lopes da Silva, Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, Rogério Paulo Carujo Carreteiro e Pedro Miguel Varela Mata da Conceição) e quatro dos Senhores Deputados do Partido Socialista (José Luís Janeiro Oliveira Merca, Maria Manuela Rodrigues Marques, Ana Rita Espenica Godinho Feijão e Vânia Isabel dos Santos Ramalho) e com um voto contra do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz, Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, o qual procedeu à entrega de uma Declaração de Voto. *Não participaram na discussão e votação da referida ata os Senhores Deputados João Carlos Borrego Alves da Silva, Eleonora de Jesus Fernandes Paixão, António José Moreira Colaço, Jorge Eduardo Fortes Agostinho, Pedro Manuel Sousa Vaz de Carvalho e Elsa Cristina Lopes Godinho, em virtude de não terem estado presentes na sessão a que a mesma se refere.* -----

----- De seguida, a Senhora Presidente procedeu à leitura da Declaração de Voto entregue pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz, Nuno Isidro de Ambrósio Pinto, a qual se transcreve na íntegra: -----

“Declaração de Voto

De acordo com a lista de presentes, o Sr. Vereador fez parte da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, tendo intervindo na qualidade de Vereador e público, o que constitui uma incompatibilidade e conflito de interesses. “Mal se entenderia que os membros da Assembleia ou do executivo agissem ora como membros do público, ora como eleitos e membros da Assembleia consoante a sua vontade, em flagrante desrespeito para com a dignidade do órgão,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

e em desrespeito do estabelecido na lei e no regimento quanto ao modo e tempo de intervenção de cada membro da Assembleia.

Se tal se admitisse, seria possível ver o mesmo elemento ora intervir como membro ora, logo a seguir despir as vestes de eleito e agir como membro do público, permitindo-se comentar as intervenções dos seus colegas, em manifesta desigualdade de circunstâncias e de forma institucionalmente desleal e descortês.

No sentido de que a mesma pessoa não pode estar presente no mesmo ato – sessão da assembleia – simultaneamente na qualidade de eleito e de membro do público. Os membros dos órgãos não podem intervir como membros do público, em completa confusão relativamente à qualidade de eleitos.

O membro do órgão executivo não poder arrogar-se o papel de membro do público, para poder escapar às limitações da sua intervenção enquanto vereador e o facto de não ter estado presente na fase da sessão em que a questão se havia colocado. Pelo que essa intervenção não deveria ter sido permitida pela Presidente da Mesa.

A mesma pessoa não pode estar presente na sessão da assembleia – simultaneamente na qualidade de eleito e de membro do público, nos termos e para os efeitos da sub.^a ii) da al.^a b) do Art.º 4.º do EEL e do Art.º 49.º, n.º 1 e 6 do RJAL.

Pelo que voto contra.

O membro

Nuno Isidro de Ambrósio Pinto”

PDM - Plano Diretor Municipal

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, questionando o ponto da situação e qual o avanço que se fez, relativamente ao PDM - Plano Diretor Municipal, sendo que o assunto foi falado pela última vez, na sessão da Assembleia Municipal do mês de dezembro de 2024. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

----- Prosseguiu no uso da palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, fazendo referência ao Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, que se celebrou no dia 18 de abril de 2025, destacando a enorme densidade e qualidade de monumentos, nomeadamente megalíticos, existentes no concelho de Reguengos de Monsaraz. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Carta Arqueológica do concelho de Reguengos de Monsaraz

----- Prosseguiu no uso da palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, questionando sobre o ponto de situação da publicação da Carta Arqueológica do concelho de Reguengos de Monsaraz. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Aquisição de Lotes de Habitação

----- Prosseguiu no uso da palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, e entendendo o caráter fiscalizador que a Assembleia Municipal tem, pedindo algum tipo de esclarecimento, sobre uma informação de que o Município de Reguengos de Monsaraz teria adquirido em agosto de 2024, uma série de lotes de habitação, entre 13 e 15, e que estaria, nesse momento a vendê-los em hasta pública. Mais disse, que estranham um assunto que nunca tenha vindo à Assembleia Municipal, admitindo que possa não ser obrigatório vir a este órgão, mas ainda assim, considera ser importante, pelo menos, terem um esclarecimento acerca deste processo, como se passou e o que se está a passar, e qual foi o intuito e objetivo desta aquisição e posteriormente a venda destes lotes. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Respostas às questões colocadas pelo Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, solicitando à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, que fizesse o favor de responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado José



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Luís Janeiro de Oliveira Merca. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, começou por cumprimentar todos os presentes, bem como, os que acompanham a sessão via streaming. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, referiu a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, que quanto ao PDM já havia uma reunião marcada na CCDRALentejo, no dia vinte sete de maio do corrente ano de 2025. Relativamente à Carta Arqueológica admite que tem sido difícil e complicado com o Arqueólogo que está a finalizar a Carta, o processo de entrega, informando que o Gabinete Jurídico do Município de Reguengos de Monsaraz está a tratar do assunto. Relativamente aos lotes de habitação, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referiu que dos catorzes lotes, foram vendidos sete em hasta pública. Refere que os lotes foram destinados, inicialmente, a construção do projeto de Primeiro Direito que sofreu uma alteração, sendo por isso que os lotes ficariam sem utilidade para o fim para que foram adquiridos, admitindo que devido à crise habitacional não faria qualquer sentido a Câmara Municipal manter os lotes sem os colocar à disposição dos munícipes. -----

----- Prosseguiu no uso da palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, referindo que, pelo que percebeu os lotes foram adquiridos no contexto do Primeiro Direito, e houve uma alteração da utilidade do projeto do Primeiro Direito e esses lotes deixaram de ser pertinentes para o Município de Reguengos de Monsaraz ter os mesmos na sua posse. De seguida, afirmou que iriam averiguar o processo e voltariam a falar no mesmo nas próximas Assembleias Municipais. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Correspondência diversa recebida

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu conhecimento da diversa correspondência recebida, tendo o mapa sido enviado a todos os Senhores Deputados, juntamente com a ordem de trabalhos da presente sessão, o qual se transcreve na íntegra: -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

MAPA DE CORRESPONDÊNCIA DIRIGIDA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Período de 19.2.2024 a 16.4.2025

<i>N.º Registo</i>	<i>Data Entrada AM</i>	<i>Entidade Remetente</i>	<i>Assunto</i>
1053/2025	19/02/2025	Manuel Ferreira Ramos - Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	<i>Ação de Valorização sobre o tema "Protocolo Autárquico", no dia 20 de fevereiro de 2025, no auditório do CIMBAL, em Beja.</i>
1142/2025	21/02/2025	Maria Lapa - Senior Officer - Research & Evaluation	<i>Inquérito sobre a Lei da Paridade.</i>
1143/2025	21/02/2025	Jorge Eduardo Fortes Agostinho	<i>Impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025, por motivos pessoais.</i>
1155/2025	21/02/2025	Mónica Pós-de-Mina	<i>Aceitação do convite para apresentação do Relatório da CPCJ na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025.</i>
1163/2025	24/02/2025	Ana Rita Espenica Godinho Feijão	<i>Impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025, por motivos pessoais e profissionais.</i>
1170/2025	24/02/2025	Rui Paulo Ramalho Amendoeira	<i>Em nome da Senhora Diretora do AERM - Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, Professora Luzia Barroso, envio do convite para a cerimónia do "Dia do Diploma", a realizar nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2025, no</i>



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

			<i>Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz.</i>
<i>1176/2025</i>	<i>24/02/2025</i>	<i>Manuel Ferreira Ramos - Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Seminário sobre "A Prestação de Contas das Autarquias Locais", a realizar nos dias 5 e 6 e 11 e 12 de março de 2025, online.</i>
<i>1201/2025</i>	<i>25/02/2025</i>	<i>AEIPS - Associação para o Estudo e Integração Psicossocial</i>	<i>Conferência Internacional "Saúde Mental Comunitária - Desinstitucionalização, Diversidade e Inclusão", a realizar nos dias 25, 26 e 27 de março de 2025, na Fundação Calouste Gulbenkian.</i>
<i>1223/2025</i>	<i>26/02/2025</i>	<i>António Afonso - Secretário-geral da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Regulamento de atribuição de Prémios ANAM 2025.</i>
<i>1236/2025</i>	<i>27/02/2025</i>	<i>Rádio Campanário - Voz de Vila Viçosa CRL</i>	<i>Convite para o Parlatório ao Vivo "As Autarquias e o Desenvolvimento Regional", realizar no dia 21 de março de 2025, no Cineteatro Florbela Espanca, em Vila Viçosa.</i>
<i>1235/2025</i>	<i>27/02/2025</i>	<i>Duarte Vieira</i>	<i>Impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025, por motivos profissionais.</i>
<i>1234/2025</i>	<i>27/02/2025</i>	<i>Elsa Cristina Lopes Godinho</i>	<i>Impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025.</i>
<i>1233/2025</i>	<i>27/02/2025</i>	<i>Eunice Raquel Antas</i>	<i>Email a informar que estará presente na sessão</i>



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

		<i>Pimpão</i>	<i>ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025.</i>
1277/2025	02/03/2025	<i>Manuel Ferreira Ramos - Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Seminário sobre "A Prestação de Contas das Autarquias Locais", a realizar nos dias 5 e 6 e 11 e 12 de março de 2025, online.</i>
1305/2025	03/03/2025	<i>Terras d'Ossa ADL - Associação de Desenvolvimento Local da Serra d'Ossa e Município de Vila Viçosa</i>	<i>Convite para o 1.º Fórum do Associativismo da Serra d'Ossa, a realizar no dia 15 de março de 2025, no Cine teatro Florbela Espanca, em Vila Viçosa.</i>
1306/2025	04/03/2025	<i>José Rui Branco - Músico Profissional</i>	<i>Apresentação e proposta de espetáculo de Fado de Coimbra.</i>
1437/2025	11/03/2025	<i>Presidente do Politécnico do Porto</i>	<i>Convite para a exposição "Reservas & Relíquias: a sedução das coleções [ARTE(s) e ACADEMIA(s)] 2025 - 40 anos Politécnico do Porto, a realizar no dia 19 de março de 2025, no Centro de Cultura do Politécnico do Porto.</i>
1439/2025	11/03/2025	<i>AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local</i>	<i>Anuário das Assembleias Municipais 2024: Questionário.</i>
1612/2025	17/03/2025	<i>Rádio Campanário - Voz de Vila Viçosa CRL</i>	<i>Convite para o Parlatório ao Vivo "As Autarquias e o Desenvolvimento Regional", realizar no dia 21 de março de 2025, no Cineteatro Florbela Espanca, em Vila Viçosa.</i>
1611/2025	17/03/2025	<i>António Afonso - Secretário-geral da</i>	<i>Convite para participação no Encontro mensal "Vez e Voz aos PAMS", a realizar no dia 26 de</i>



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

		<i>ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>março de 2025, via ZOOM.</i>
<i>1609/2025</i>	<i>17/03/2025</i>	<i>Manuel Ferreira Ramos - Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Curso sobre Fundos Comunitários: PT2030 e os Programas Municipais, a realizar nos dias 25 e 27 de março de 2025, online.</i>
<i>1657/2025</i>	<i>18/03/2025</i>	<i>ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local</i>	<i>Conferência "Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)", a realizar no dia 26 de março de 2025, no Convento de São Francisco, em Santarém.</i>
<i>1647/2025</i>	<i>18/03/2025</i>	<i>ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local</i>	<i>Formação "Proteção de Dados em articulação com a Inteligência artificial na atividade autárquica: da Licitude à execução de um contrato", a realizar nos dias 27 e 28 de março de 2025, na Sede da ATAM, em Santarém.</i>
<i>1708/2025</i>	<i>20/03/2025</i>	<i>Sociedade Filarmónica Corvalense</i>	<i>Convite para a IV edição do Concerto Sons de Primavera", com as bandas de música da Sociedade Filarmónica Corvalense e da Força Aérea Portuguesa, a realizar no dia 12 de abril de 2025, no Pavilhão Álamo, do Parque de feiras e Exposições de Reguengos de Monsaraz.</i>
<i>1709/2025</i>	<i>20/03/2025</i>	<i>AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local</i>	<i>Anuário das Assembleias Municipais 2024: Responder ao Questionário até dia 8/4/2025.</i>
<i>1717/2025</i>	<i>20/03/2025</i>	<i>Sónia Cavaco</i>	<i>Convocatória para o Conselho Municipal de Educação, no dia 27 de março de 2025, no Salão</i>



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

			<i>Nobre dos Paços do Concelho do Município de Reguengos de Monsaraz.</i>
1846/2025	24/03/2025	<i>Rui Paulo Ramalho Amendoeira</i>	<i>Convite para a inauguração do certame "ENSINARTE", no dia 31 de março de 2025.</i>
1844/2025	25/03/2025	<i>CESOP - Observatório Autárquico CESOP - Local para os Territórios Sustentáveis da UCP - Universidade Católica Portuguesa</i>	<i>Seminário "Inovação e Desenvolvimento Local" - "Construir Cidadania com igualdade: O Papel de Lagoa na Transformação Social", no dia 27 de março de 2025, online.</i>
1848/2025	26/03/2023	<i>Elodie Costa - SAOD - Secretariado de Apoio aos Órgãos Dirigentes</i>	<i>Candidaturas para os Prémios ANAM 2025: Prazo até dia 4 de abril de 2025.</i>
1870/2025	27/03/2025	<i>Sónia Cavaco</i>	<i>Cancelamento da reunião do Conselho Municipal de Educação, no dia 27 de março de 2025, sendo adiado, por motivo de falta de quórum.</i>
1881/2025	28/03/2025	<i>Fundação Centro de Estudos Eurorregionais Galiza - Norte de Portugal (FCEER)</i>	<i>Curso "Infraestrutura Verde, Restauração Ecológica e Resiliência Urbana e Rural a nível local II", no dia 3 de abril de 2025, na sede do Instituto de Estudos e Desenvolvimento da Galiza (IDEGA).</i>
1893/2025	31/03/2025	<i>Manuel Ferreira Ramos - Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Curso - Introdução à Inteligência Artificial Generativa, com início previsto a 4 de abril de 2025, via ZOOM.</i>
1948/2025	01/04/2025	<i>AEDREL - Associação de Estudos de Direito</i>	<i>Anuário das Assembleias Municipais 2024: Responder ao Questionário até dia 8/4/2025.</i>



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

		<i>Regional e Local</i>	
1947/2025	01/04/2025	<i>António Afonso - Secretário-geral da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Questionário "Inovações Democráticas em Portugal".</i>
2097/2025	08/04/2025	<i>AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local</i>	<i>Anuário das Assembleias Municipais 2024: Responder ao Questionário até dia 8/5/2025.</i>
2121/2025	09/04/2025	<i>Pedro Miguel Varela Mata da Conceição, Presidente da Freguesia de Reguengos de Monsaraz.</i>	<i>Convite para o Encontro de Grupos Corais, por ordem do 80.º aniversário do Grupo Coral da Casa do Povo de Reguengos de Monsaraz, intitulado "O Cante na Cidade", a realizar no dia 19 de abril de 2025, na Praça da Liberdade, em Reguengos de Monsaraz.</i>
2281/2025	10/04/2025	<i>AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local</i>	<i>Informação sobre a Sessão de Apresentação do Anuário das Assembleias Municipais 2022, nos Paços do Concelho do Porto, realizado no dia 8 de abril de 2025.</i>
2292/2025	10/04/2025	<i>António Afonso - Secretário-geral da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais</i>	<i>Convite para participar no Encontro Mensal "Vez e Voz aos PAMS" sobre o tema "Alargamento das competências das Assembleias Municipais", no dia 30 de abril de 2025, via ZOOM.</i>
2301/2025	11/04/2025	<i>Paulo Amorim - International Ambassador</i>	<i>Convite para participação na INTUR 2025 - 28.^a Feira Internacional do Turismo de Interior, em Valladolid, de 13 a 16 de novembro de 2025.</i>
2313/2025	11/04/2025	<i>Elodie Costa - SAOD -</i>	<i>Divulgação da iniciativa do IPDJ - Instituto</i>



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

		<i>Secretariado de Apoio aos Órgãos Dirigentes</i>	<i>Português do Desporto e Juventude, I.P., O Programa «Cuida-te», a aceder online ou presencialmente a consultas gratuitas de aconselhamento e acompanhamento psicológico, nas áreas da saúde mental e bem-estar emocional, corpo e atividade física, alimentação, sexualidade e comportamentos aditivos.</i>
<i>2312/2025</i>	<i>13/04/2025</i>		<i>Pedido de Acesso LADA - Processo N.º 282/24.2BEBJA - Ausência de escrutínio e fiscalização da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz.</i>
<i>2499/2025</i>	<i>16/04/2025</i>	<i>Marta Sofia Da Silva Chilrito Prates - Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz</i>	<i>Agendamento dos pontos a incluir na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal de abril de 2025.</i>

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, iniciou a ordem do dia pedindo desculpa aos Senhores Deputados, líderes de bancada, pela informação não ter chegado encadernada, informando que foi resultado dos horários de serviço, feriados e férias dos trabalhadores. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz, Maria



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

de Fátima dos Santos Rosado Marques, concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para explicar a atividade do Município, em harmonia ao preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que deu conta da informação municipal, entregue a todos os Senhores Deputados, a qual se encontra anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. -----

----- Usou, em seguida, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referindo que todos os Senhores Deputados receberam uma Informação detalhada de toda a atividade dos serviços municipais, destacando, de seguida, alguns acontecimentos onde esteve presente desde a última sessão da Assembleia Municipal, os quais enunciou, por ordem cronológica: -----

----- Começou por referir que dia 22 de fevereiro de 2025, decorreu a Caminhada do Cante e da Terra, em São Pedro do Corval, uma caminhada que é acompanhada por cante alentejano, que foi no âmbito do Reguengos Inspira. Comunicou que o Reguengos Inspira, um novo projeto do pelouro do turismo. -----

----- No dia 27 de fevereiro de 2025, atendimento descentralizado da Presidente da Câmara na Cumeada no Centro Cultural Cumeadense. -----

----- No dia 28 de fevereiro, inauguração da exposição de fotografias, de Luis Marino, Pedras do Grande Lago, no Auditório António Marcelino da Biblioteca Municipal; -----

----- No dia 1 de março de 2025, uma oficina criativa para criança dos 3 aos 12 anos, máscaras coloridas, na Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz, no âmbito do Plano Educativo Local (PEL). -----

----- No dia 6 de março de 2025, sessão de apresentação e discussão pública do Projeto de Requalificação da Praça Dr. Manuel Fialho Reto, na Casa do Barro, projeto que será candidatado nos próximos dias. Mais informou que, foram acatadas praticamente todas as opiniões dos munícipes de São Pedro do Corval. -----

----- Dia 20 a 25 de março de 2025, Bootcamp de empreendedorismo transformando ideias em negócios, integrada no Plano Educativo Local de Reguengos de Monsaraz. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- No dia 8 de março de 2025, comemorações do Dia Internacional da Mulher, com música ao vivo, oferta de flores e passeios de tuk-tuk na Praça da Liberdade, eventos que decorreram no Mercado Municipal e na Praça da Liberdade.-----

----- Nos dias 12 a 16 de março de 2025, o Município de Reguengos de Monsaraz marcou presença na BTL em Lisboa, Bolsa de Turismo de Lisboa, onde decorreram provas de vinhos e de doçarias do concelho. Assinatura da adenda ao protocolo Rota dos Templários de Portugal, referiu que Reguengos de Monsaraz é o primeiro município a sul do Tejo a fazer parte dessa Rota dos Templários de Portugal, devendo-se obviamente a Monsaraz. Apresentação dos percursos pedestres e de turismo natureza do Concelho com a participação dos alunos do curso profissional de técnico de restaurante e bar do agrupamento. -----

----- No dia 21 de março de 2025, sessão de encerramento do projeto Paisagem Ancestral na Herdade do Esporão. -----

----- No dia 22 de março de 2025, participação do Município de Reguengos de Monsaraz na ação Hora do Planeta, juntando-se assim ao maior movimento global contra alterações climáticas e que contou com a presença de vários estabelecimentos do comércio local do concelho. -----

----- Nos dias 24 de março a 20 de abril de 2025, exposição na Praça da Liberdade, “Pelos teus olhos vejo a felicidade, se a felicidade tivesse uma imagem? Como seria vista pelos teus olhos, organizada pelo Gabinete da Juventude e Futuro.-----

----- No dia 25 de março de 2025, distinção do Município de Reguengos de Monsaraz, com a Bandeira de Mérito Social 2025, da ANJE - Associação Nacional de Gerontologia Social, através do projeto MAIS VIDA, a implementar no Concelho em breve e que visa responder às necessidades da população com mais de 65 anos. -----

----- No dia 26 de março de 2025, 42.^a Volta ao Alentejo em Bicicleta Crédito Agrícola, com passagem da primeira etapa no Concelho.-----

----- No dia 27 de março de 2025, reunião do Concelho Local da Ação Social. -----

----- No dia 2 de abril de 2025, celebração do Dia Internacional do Livro Infantil, na Biblioteca de Reguengos de Monsaraz, com oferta de um livro a todas as crianças que visitaram a biblioteca nesse dia.-----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- Nos dias 7 a 11 de abril de 2025, “Mais Páscoa - Férias em cheio”. As atividades das férias de Páscoa estão a chegar com atividades de expressão plástica, visitas pedagógicas, visitas pelo Concelho, desporto, brincadeiras e jogos diversos. Mais uma vez houve lotação esgotada.-----

----- Dia 10 e 11 de abril de 2025, IV Congresso Ibérico da Bandeira Azul, praias do interior, no Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz, para debater o futuro das praias do interior e a sustentabilidade ambiental. Organizada pela ABAAE em parceria com o concelho de Reguengos de Monsaraz e com a ADEAC. -----

----- Dia 12 de abril de 2025, inauguração da exposição de Roberto Chichorro, no Auditório António Marcelino da Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz e na Igreja Santiago, em Monsaraz.-----

----- Dia 12 de abril de 2025, Workshop sobre Inteligência Artificial, na Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz, organização do Gabinete da Juventude e Futuro, do Município de Reguengos de Monsaraz. -----

----- No dia 12 de abril de 2025, Concerto de Páscoa, em Reguengos de Monsaraz, na Igreja Matriz com a participação do coro Mateus D’Aranda e da Orquestra Clássica da Universidade de Évora sob a direção do Maestro Gonçalo de Alcântara Lourenço.-----

----- No dia 12 de abril de 2025, os V Sons da Primavera, organizado pela Sociedade Filarmónica Corvalense, com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz. Apresentou a atuação conjunta com a Banda Música da Força Área Portuguesa.-----

----- Dia 13 de abril de 2025, mãos na massa, um Workshop de confeção de pão de fermentação lenta ou natural, com o Chefe Carlos Teixeira do Restaurante Herdade do Esporão, em Campinho, no âmbito do projeto do pelouro do turismo, Reguengos de Monsaraz inspira.

----- Dia 14 de abril de 2025, reunião com a unidade local de saúde do Alentejo Central na USF Remo, no centro de saúde.-----

----- No dia 17 de abril de 2025, atendimento descentralizado da presidente da câmara de Reguengos de Monsaraz nas instalações da Junta de Freguesia de Monsaraz. -----

----- Dias 24 e 25 de abril de 2025, comemorações do 51.º Aniversário do 25 de abril. -----

----- Dia 25 a 4 de maio de 2025, feira do livro que decorre no Parque da Cidade de Reguengos de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Monsaraz. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, disponibilizou-se para prestar qualquer esclarecimento que fosse necessário.-----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, perguntou aos Senhores Deputados se pretendiam algum pedido de esclarecimento ou algum comentário, relativamente à informação dada pela presidente, não se verificando qualquer intervenção. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, chamou a atenção para a riqueza do documento, bem elaborado e que traduz a atividade desenvolvida pelo Município com o envolvimento de todas as áreas de intervenção de todos os serviços. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais - Informação n.º 2/GP/2025 (De 1 de fevereiro a 31 de março de 2025)

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, fez presente uma certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada no dia 16 de abril de 2025, referente à autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais - Informação n.º 2/GP/2025 (De 1 de fevereiro a 31 de março de 2025), cujo teor ora se transcreve: -----

“CERTIDÃO

----- Maria Manuela Freire Martelo, na qualidade de Secretária desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em regime de substituição, nos termos do Despacho n.º 3-A/GP/2021, datado de 20 de outubro de 2021, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates:

----- CERTIFICA que na reunião do órgão executivo realizada no dia 16 de abril de 2025, em que se encontravam presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, a Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, o Senhor Vice-Presidente, Francisco José Cardoso Grilo e a Senhora Vereadora Dália Maria Saraiva dos Santos, foi presente a Informação n.º 2/GP/2025, firmada em 8 de abril de 2025,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, com o teor que ora se transcreve:

“INFORMAÇÃO N.º 02/GP/2025

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Considerando:

§ As regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso encontram-se definidas e aprovadas pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março;

§ A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, conforme disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do citado preceito legal;

§ Foi aprovada pela Assembleia Municipal, em 29 de dezembro de 2021, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos casos que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e que os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, com base no estipulado no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Termos em que somos a informar ao Executivo Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal:

§ No período compreendido entre 1 de fevereiro a 31 de março de 2025 houve lugar a despesas que assumiram encargo orçamental em mais de um ano económico e que são as seguintes:

▪ *Ajuste Direto nº07-AD-GCP-2025 - Aquisição de Serviços de Recolha e Encaminhamento a Destino Final adequado dos Subprodutos de Origem Animal (Cárnicos e Pescado), adjudicado por 11.880,72 €, acrescido de IVA tributado à taxa reduzida de 6%. Prazo de execução de 12 meses.*

O encargo assumido para 2025 foi de 10.494,64 €, prevendo-se a realização de despesa para o ano 2026 no montante de 2.098,93 €. Os valores indicados incluem IVA.”

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para proceder a uma breve explicação sobre o presente ponto da ordem de trabalhos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Documentos de Prestação de Contas de 2024

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, fez presente uma certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada no dia 16 de abril de 2025, referente aos Documentos de Prestação de Contas de 2024, cujo teor ora se transcreve: -----

“Certidão

----- Maria Manuela Freire Martelo, na qualidade de Secretária desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em regime de substituição, nos termos do Despacho n.º 3-A/GP/2021, datado de 20 de outubro de 2021, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates: -----

----- CERTIFICA que na reunião do órgão executivo realizada no dia 16 de abril de 2025, em que se encontravam presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, a Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, o Senhor Vice-Presidente, Francisco José Cardoso Grilo e a Senhora Vereadora Dália Maria Saraiva dos Santos, foi aprovada em minuta, a Proposta n.º 38/VP/2025, firmada em 11 de abril de 2025, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, com o teor que ora se transcreve:-----

“Proposta n.º 38/VP/2025

Documentos de Prestação de Contas de 2024

Considerando:

O preceituado no n.º 1, do artigo 76.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;

As regras e os procedimentos contabilísticos definidos pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;

A Instrução n.º 1/2019 - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC);

A Resolução n.º 4/2024 do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2024 e gerências partidas de 2025 – publicada no Diário da República n.º 248/2024, Série II em 23 de dezembro de 2024;

Os termos conjugados do preceituado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º “Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal” e na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º “Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas”, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Somos a propor ao executivo municipal:

a) A aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2024, apresentados em anexo, designadamente:

- Volume I – Relatório de Gestão;*
- Volume II – Demonstrações Financeiras;*
- Volume III – Demonstrações Orçamentais; e*
- Volume IV – Outros Documentos.*

b) Submeter os aludidos documentos à apreciação e votação da sessão da Assembleia Municipal a realizar no presente mês de abril; e

c) Que o resultado líquido do período de 01.01.2024 a 31.12.2024, no valor de -2.258.912,43€, seja transferido para a conta 561, Resultados Transitados (períodos anteriores)."

----- Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por maioria, com dois votos a favor da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, e duas abstenções da Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena e da Senhora Vereadora Dália Maria Saraiva dos Santos: -----

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 38/VP/2025; -----

----- b) Aprovar os Documentos de Prestação de Contas atinentes ao exercício económico-financeiro de 2024, os quais se encontram anexos à Proposta n.º 38/VP/2025 e aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos; -----

----- c) Submeter os Documentos de Prestação de Contas de 2024 à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal;

----- d) Que o resultado líquido do período de 01.01.2024 a 31.12.2024, no valor de € - 2.258.912,43, seja transferido para a conta 561, Resultados Transitados (períodos anteriores); -----

----- e) Determinar à Divisão de Gestão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, financeiros e materiais inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação."-----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para proceder a uma breve explicação sobre o presente ponto da ordem de trabalhos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, solicitou à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, permissão para passar uma apresentação e dar então melhor nota da prestação de contas de 2024. Referiu a presença de uma representante do ROC, a Chefe de Divisão da área financeira



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

do Município de Reguengos de Monsaraz e o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, responsável pelo pelouro financeiro, caso houvesse alguma questão ou dúvida todos estes elementos estariam disponíveis para esclarecimentos que os Senhores Deputados entendessem ser necessários.-----

----- Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, por fazer referência de que foram entregues os documentos obrigatórios da certificação legal de contas a todos os Deputados e Deputadas. Referiu também que a apresentação foi enviada por email e que não foi enviado por suporte de papel por falta de tempo útil.-----

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu permissão à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates para começar a apresentação. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, começou a apresentação do documento em powerpoint referente à Prestação de Contas do exercício do ano de 2024, do Município de Reguengos de Monsaraz, afirmando que consideram um exercício exigente para o Município de Reguengos de Monsaraz, pois foi condicionada pela alteração à Estratégia Nacional da Habitação e o programa Primeiro Direito. O condicionamento foi em termos de dotação financeira, era esperado o financiamento de 36000 habitações pelo Governo Central, o que foi reduzido para 20000 habitações, o que teve impacto nas candidaturas submetidas e consequentemente na previsão da receita do orçamento. -----

----- Mais disse que, o orçamento de 2024 previa despesa e receita resultante de candidaturas aprovadas e umas aprovadas e outras submetidas, relacionadas com o programa do Primeiro Direito. Devido a esta alteração o orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz foi penalizado, quer a nível orçamental quer a nível financeiro, uma vez que foram impossibilitados de ser ressarcidos das comparticipações previstas inicialmente no programa sobre investimentos realizados e obrigatórios para a sua concretização.-----

----- De seguida, referiu que, apesar do forte constrangimento, que impossibilitou o Município de receber cerca de 550.000 euros no seu orçamento, conseguiram ainda assim cumprir com todas as obrigações financeiras e continuar a reduzir a dívida municipal que tanto condiciona, mantendo



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

com muito esforço os prazos de pagamento. 2024 foi fechado com uma redução de 25% face à dívida que foi apresentada em 2021, quando este Executivo Municipal tomou posse, reduzindo assim em 5.421.639,63 euros, o montante registado em setembro de 2021. A redução desta dívida é apresentada é a estratégia necessária para a realização de projetos estruturantes para todo o concelho. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou um quadro, que apresentaram outras vezes, que tem a ver com a dívida total e com o limite da dívida, em que podem ver que estiveram sempre muito acima daquilo que poderiam, relativamente ao excesso de endividamento. Chamou à atenção a partir do ano de 2023, que foi o primeiro ano desde o ano de 2011 em que o limite de dívida permitido esteve abaixo do que de facto é a dívida total. Em termos da evolução da dívida de 2024, refere que a dívida diz respeito a empréstimos de médio e longo prazo; empréstimos EQBEI PT2020; também o ARD, que é o empréstimo BEI; a CIMAC, projeto das luminárias; devolução de transferência da cidade europeia do vinho; fornecedores; estado e outras entidades públicas e outros credores. Deu nota ainda de que, a redução da dívida de 2023 para 2024 foi de 954,235,03 euros. Deu-se ênfase ainda à comparação entre a dívida, o que mostra de facto o esforço que tem sido o mandato deste Executivo municipal em funções. -----

----- De seguida, a senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, apresentou um quadro que compara a dívida do Município de Reguengos de Monsaraz com a dívida dos municípios do Alentejo Central mais parecido connosco em termos de habitantes. Foram contactados e consultados os documentos dos três municípios presentes no quadro, Montemor-o-Novo; Vendas Novas e Estremoz. O quadro é apresentado como um quadro que deve fazer refletir. Observando Estremoz, existe uma dívida média dentro dos 6.000.000 euros. Em Montemor-o-Novo a dívida média dentro dos 3.500.000 euros. Em Vendas Novas uma dívida média dentro dos 4.500.000 euros. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, fez uma comparação da dívida média dos três municípios junta com a dívida média do Município de Reguengos de Monsaraz. Em 2014 há uma diferença de 800.000 euros a favor do Município de Reguengos de Monsaraz. Em 2016 subiu para 1.500.000 euros, e em 2019, a Senhora Presidente da



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu ênfase ao facto de nesse ano ainda não ter havido pandemia e ter sido o auge do mandato anterior, referindo que nesse ano os outros três municípios tiveram uma dívida de 10.700.000 euros, o Município de Reguengos de Monsaraz uma dívida de 20.000.000 euros, existindo uma diferença de 9.500.000 euros. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, falou do ano de 2021 que passou para uma diferença de 4.600.000 euros e que em 2023 ficou substancialmente mais curta e passou para 2.500.000 euros. É feita uma observação entre o ano de 2019 e o ano de 2023 em que é pedida atenção para esses valores para todos os eleitos e eleitas da Assembleia Municipal possam refletir. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referindo-se à comparação dos municípios, mostra uma tabela que compara os 4 municípios onde se observa o Município de Reguengos de Monsaraz muito mais elevado, o que poderia se justificar se tivéssemos o maior orçamento, sendo que Estremoz tem o orçamento ainda mais elevado e tem uma dívida menor que a do Município de Reguengos de Monsaraz. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, mostra uma tabela com a evolução da dívida, comentando que a redução da dívida em 2024 é de 5.421.639,63 com referência 30/09/2021. Em seguida, foi mostrado um gráfico de barras onde é pedido para se ver a barra cor-de-rosa que é referente à dívida total, observando-se a involução da dívida total, que apesar de estar em valores elevados tem vindo a diminuir consideravelmente e objetivamente. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, mostrou uns indicadores económico-financeiros dentro do separador liquidez, rentabilidade e estrutura financeira. Chama à atenção para a solvabilidade do património líquido e do património passivo em que a capacidade, no que diz respeito ao ratio de solvabilidade apresentado continua a ser um bom indicador da capacidade que o Município tem para fazer face ao pagamento de dívidas de curto e longo prazo. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referindo-se aos indicadores económico-financeiros registaram uma ligeira melhoria relativamente ao ano de 2023 -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, mostrou uma tabela: Execução Orçamental – Receita 2024. É obrigatório legalmente, quer a execução da receita, quer a execução da despesa, seja 85%. Quer na receita quer na despesa a imposição legal foi cumprida. No exercício orçamental de 2024 a receita atingiu o montante de 18.250.000 euros com uma taxa de execução de 91%. As receitas correntes correspondem a 84% total da receita, a receita de capital a 12% e as outras receitas a 4%. A receita corrente aumentou cerca de 223.000 euros. A receita capital aumentou 595.000 euros devido ao aumento de transferências de capital. -----

----- Mais disse que, na execução orçamental da despesa de 2024, a execução ascendeu a 17,8 milhões de euros, resultando numa taxa de execução de 89%. Completa ainda dizendo, que as despesas correntes foram de 14,5 milhões de euros e as de capital de 3,3 milhões de euros com um peso relativo de 82% e 18% respetivamente. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, falou relativamente ao equilíbrio orçamental de 2024, citando que após o apuramento das amortizações médias de médio e longo prazo, o equilíbrio orçamental corrente à data de 31 de dezembro de 2024 foi: receitas correntes 15.370.924,02 euros; saldo de gerência anterior 296.391,81 euros; despesas correntes 14.537.510,84 euros; com uma diferença 1.129.732,99 euros; amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo no valor 853.260,14 euros dando um resultado em termos de equilíbrio orçamental de 276.472,85 euros. -----

----- Prossegue, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, falando relativamente aos fundos disponíveis de 2024 que se mantiveram sempre e ao longo de todo o ano positivos, o que é uma regra obrigatória -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, prosseguiu com uma tabela de prazo médio de pagamentos de 2024, a informação que foi retida da



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

tabela foram mantidos os 21 dias de prazo de pagamento apesar das dificuldades e desafios, ainda assim deixa o comentário que há a intenção de se melhorar bastante. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, continuou a apresentação mostrando uma tabela da transferência de competências durante o ano de 2024. A receita proveniente do funo de financiamento de descentralização totalizaram 2.221.283,83 euros. A despesa registada pelo Município de Reguengos de Monsaraz no que concerne às transferências de competências totalizaram 2.470.028,84 euros. A receita cobrada pelo Município totalizou 112.202,85 euros registando-se um défice entre a receita e a despesa de 136.542,16 euros. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, dividiu a transferência de competência por áreas para que os deputados tivessem uma melhor visão e melhor informação. Na educação houve uma diferença de 115.960,77 euros, que é um défice.-----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, mostrou a transferência de competência na área da ação social, mostrando um défice de 4.821,53 euros concluindo que estão melhores do que na área da educação, mas dando enfase de que não deveria existir défice nenhum.-----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, mostrou a transferência de competência na área da saúde, mostrando um défice de 15.729,86 euros. Todos estes défices referidos fazem parte do quadro anterior de 136.542,16 euros. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, explica que no fundo é o Município está a perder com a transferência de competências do estado central nessas três áreas para o Município de Reguengos de Monsaraz. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, foi apresentado o quadro do orçamento de estado, destacando que é um quadro importante para a compreensão das senhoras e dos senhores deputados relativamente às contas.-----

----- Prosseguiu no uso da palavra, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referindo que no quadro está apresentado a diferença do que o orçamento de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

estado dá e aquilo que o Município paga a mais para o orçamento municipal tem um peso de 7000 euros. Explicando o porque, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, concluiu que de facto as transferências correntes em 2024 relativamente a 2023 tiveram um aumento de 860.000 euros e as transferências de capital 595.000 euros arredondadamente. O total das receitas a mais do estado para o orçamento municipal perfaz o valor de 1.452.935,97 euros. Destes 1.452.935,97 euros, 409.000 euros foram para despesas de pessoal, 443.000 euros para pagamentos de juros e outros encargos. Relativamente aos novos acordos de transferência de competências também para as juntas de freguesia e aquilo que foi aumentado relativamente aos apoios no associativismo, designadamente cultural e desportivo, estão a pagar mais 131.000 euros do que em 2013. Passivos financeiros com amortização de empréstimos são 325.000 euros, totalizando 1.445.541,82 euros em despesas. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, concluiu que queria deixar explícito aos Senhores e Senhoras Deputadas, efetivamente, não é de todo um exercício de aumento de receitas do Orçamento de Estado que vai impactar a diminuição da dívida, dizendo que o argumento é uma falácia como foi demonstrado. Para o orçamento as transferências a mais no ano de 2024 representaram um saldo positivo de 7.000 euros.-----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, agradecendo à Presidente da Câmara Municipal pela clareza da sua exposição. De seguida abriu o debate aos Senhores Deputados. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, referindo que as apresentações relativamente à dívida vão-se repetindo, ano após ano, e a análise quando olham para estes documentos também acaba por se tornar um pouco repetitiva, isto porque, o que estão a aprovar na presente sessão vai muito para além da dívida. Mais disse que, a dívida financeira, a dívida bancária que o Município tem, é um aspeto de toda a gestão financeira do Município. Referiu que existem outras dimensões, e o problema são as outras dimensões, sendo que, quando analisam os documentos, como fizeram, novamente, este ano, aparece uma situação muito semelhante à do ano passado, pelo que, terminam o exercício com 2 milhões de euros negativos novamente, ou seja, 2 milhões de euros negativos em 2023, 2 milhões de euros negativos em 2024,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

afirmando que isto nunca pode ser bom. Mais disse que, uma tendência em que um Município continua a aumentar o seu passivo e a diminuir o seu património nunca pode ser boa. De seguida, referiu que o que estão a aprovar na presente sessão vai muito para lá da dívida bancária, afirmando que está desconfiado que disse o mesmo o ano passado. Mais disse quem, estes 2 milhões negativos, quando analisam os documentos, devem-se a um aumento que é colossal em termos de fornecimentos externos do Município, que anda à volta dos 700 ou 800 mil euros num ano, pelo que têm que ter em atenção a dívida bancária, como muito bem é referido e repetido, mas também têm que ter em atenção a outras dimensões da gestão deste Município, e dois exercícios consecutivos com um resultado negativo de 2 milhões de euros, em que gastam mais 2 milhões de euros do que os rendimentos que tiveram e as receitas que entraram no Município, não pode ser uma coisa positiva e não pode ser analisada de ânimo leve. Mais disse que, quando olha para o documento de prestação de contas de 2024, provavelmente, do que vê, o que está mais controlado, neste momento, é mesmo a dívida bancária, porque esta tem os seus empréstimos que foram negociados e, pelos vistos bem negociados, porque conforme sabe ainda, praticamente, nenhum foi renegociado e, portanto, foram negociados como deve ser, favoravelmente para este Município, e essa dívida bancária está a ser paga, todos os anos. De seguida referiu que, todos os anos, devem menos 1 milhão porque é aquilo que resulta das amortizações previstas dos empréstimos, todos os anos, e a questão fundamental é as outras dimensões da gestão desta casa e dois exercícios com 2 milhões de euros negativos nunca pode ser uma coisa boa. Falando em dívida bancária ou financeira, referiu que estes 2 milhões de euros negativos num contexto, como a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse, de aumento de receita. De seguida, lembrou que a receita corrente cobrada em 2021 pelo Município de Reguengos de Monsaraz foi de 11 milhões, a receita corrente cobrada em 2022 foi de 13 milhões e a receita corrente cobrada em 2023 foi de 15 milhões, afirmando que, estão num crescendo, felizmente, e ainda bem, porque permite fazer melhor face aos compromissos e a toda a gestão desta casa, referindo que estão numa tendência de crescendo, em termos de receita e ainda bem que assim é. Mais disse que têm, também, neste exercício do ano de 2024, uma descida considerável em termos de provisões, ou seja, existe um maior otimismo em termos do dinheiro que têm que guardar para alguma eventualidade e para



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

alguns processos que possam estar a decorrer. Disse ainda que, se com um aumento de receitas que tiveram, com uma diminuição de previsões que o documento reflete, estando somente a falar em coisas escritas no documento, ainda assim, têm um resultado líquido de 2 milhões negativos, considerando que devem ter alguma preocupação e não serem assim tão otimistas, porque volta a dizer, dois exercícios com esta magnitude de prejuízo, deve a todos dar que pensar. Disse ainda que, não se podem esquecer que todos são responsáveis por estas contas. De seguida, referiu uma questão que tem estado consigo, de alguma forma, ao longo dos anos, sendo algo que considera sempre muito interessante e pensa que ainda não a tinha colocado, referindo que a dívida total e falando na dívida bancária, sendo aqui que existe a grande confusão, uma vez que a dívida bancária, a dívida financeira é um aspeto da gestão do município, que os documentos também refletem, está toda desagregada em projetos, e em todas as situações que o Município tem que pagar em termos de empréstimos e que muitos deles são projetos e que são desagregados em coisas muitos concretas que foram realizadas no concelho de Reguengos de Monsaraz, ao longo dos anos. Afirmou que, a dívida são projetos e são investimento no território. Relativamente à dúvida que referiu ter há algum tempo, iria expor a mesma, referindo que, existe este número que também foi dito em termos de dívida financeira, ou seja, dívida bancária do Município, a 30 de setembro de 2021, de 21 milhões de euros, um pouco acima até dos 21 milhões de euros, depois tem um outro número em 2021, julga ser a dezembro, de 19 milhões e 375 mil euros, pelo que, considerando que o Executivo Municipal tomou posse em outubro de 2021, pediu o favor de explicarem como é possível terem pago, em dois meses, 1.7 milhões de euros de dívida. Mais disse que sabe o porquê, porque o valor que se deveria considerar dívida começa nestes 19 milhões e não começa nestes 21 milhões, sendo o pior cenário possível que podiam ter imaginado, e, financeiramente, foi imaginar o pior cenário possível, pelo que, se tudo corresse mal, deviam 21 milhões de euros. Mais disse colocar esta questão, como é que em dois meses de gestão há o pagamento de 1.7 milhões de dívida, pedindo e agradecendo uma explicação para tal. Voltando ao início da sua intervenção, referiu que, fazer dois exercícios financeiros consecutivos com resultados líquidos negativos de 2 milhões de euros, não é, nem nunca pode ser visto como uma coisa normal, nem com pouco significado. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referiu que a intervenção e as dúvidas do Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca se baseiam, fundamentalmente, no que é o resultado líquido negativo, na dívida bancária *versus* dívida financeira e também nas provisões, sendo que a última afirmação foi que os 21 milhões de euros em 2021 não são corretos, considerando ser o pior cenário não se lembrando bem. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, referiu que a Senhora Presidente da Câmara Municipal está a ignorar o que foi a sua principal questão sobre essa matéria, repetindo que, a sua principal questão sobre a dívida bancária é solicitar uma explicação como é que em dois meses se pagaram 1.7 milhões de euros. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referiu não disse apenas isso, mas perguntou se a sua questão era apenas essa. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, referindo que a questão fundamental era somente essa, apesar de ter colocado outras. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referindo que estar a fazer um resumo das questões principais colocadas pelo Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, afirmando que também falou no resultado líquido negativo, referindo que 2 milhões de euros em dois exercícios seguidos, em dois anos seguidos, era muito preocupante, bem como, referiu que dívida bancária é uma coisa e dívida financeira é outra, bem como, falou no aumento de provisões, colocou a questão que pretende ver respondida, mas disse, no final da intervenção que 21 milhões de euros de dívida em 2021 não eram reais, era o pior cenário porque se devia partir de 19 milhões de euros. Mais disse que, somente está a questionar se o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca disse isto para que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e a Dra. Rute Murteira terem, efetivamente, base para poder responder. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, afirmando que o resumo da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, é sempre um pouco diferente do que ele próprio diz, uma vez que a Senhora Presidente fala em aumento de provisões e ele tinha falado em descida de provisões. Relativamente à questão



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

essencial é explicarem como é que se paga 1.7 milhões em dois meses, que ainda não percebeu, uma vez que tomaram posse em outubro de 2021. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir que iriam explicar essa questão ao Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca e a toda a Assembleia Municipal, bem como, a questão do resultado líquido negativo, que é uma coisa que tem custado muito a entender. De seguida, pediu permissão à Senhora Presidente da Assembleia Municipal para passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal ou à Dra. Rute Murteira, conforme os dois entenderem qual deve responder. Disse ainda que gostaria de deixar uma nota, de duas citações do Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, uma delas quando refere que *as apresentações repetem-se ano após ano*, afirmando que, felizmente, se repetem ano após ano e felizmente com resultados muito positivos do atual Executivo Municipal, considerando que todos devem ficar muito contentes. Relativamente à outra citação, em que disse *todos somos responsáveis por estas contas*, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que até 2021 não são responsáveis pelo descalabro das contas, sendo sim o Partido Socialista. Mais disse que, a partir de 2021, e do momento em que o atual Executivo Municipal iniciou funções, começaram, de facto, a ter contas certas. -----

----- Usou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, cumprimentando todos os presentes, vem como, quem acompanha a sessão via streaming. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca e o que opinou sobre as contas do atual Executivo Municipal, referiu que só pode ser uma opinião do mesmo, não podendo ser de outra forma, em que evidencia já de alguns anos, pelo menos, desde a sessão da Assembleia Municipal realizada no mês de dezembro de 2021, com o atual Executivo Municipal, e continua, até à presente data, a mostrar um desconhecimento total sobre o que é um relatório financeiro, uma demonstração, uma prestação de contas do Município, referindo que lamenta que assim seja, uma vez que considera que existem temas que não deveriam ser abordados uma vez que deveriam estar explícitos e do conhecimento de todos. Pelo que, e como parece que ainda restam dúvidas, referiu que voltaria a explicar e que o fará as vezes que foram necessárias, para que todos possam entender cada vez melhor as contas do Município de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Reguengos de Monsaraz e não ficarem com dúvidas. Em relação à opinião do Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca em que a parte financeira era a menos importante, pediu desculpa ao Senhor Deputado, referindo que é precisamente ao contrário, sendo a parte financeira a mais importante no resultado do Relatório de Contas do Município. Em relação à demonstração do resultado líquido, porque, aparentemente, é a grande dúvida da bancada do Partido Socialista e, neste caso em concreto, do Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, referiu que na página 5 do Volume II dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2024, existe um quadro com a demonstração de resultados, e nesta está devidamente separado por rubricas, o resultado líquido do Município, e se o Senhor Deputado verificar com atenção, o resultado líquido do Município, por acaso, que não influencia nada o resultado líquido do Município à gestão diária da vida do Município, em que o resultado líquido do Município, por acaso, é positivo, no valor de € 980.211,61 positivo, sendo este o resultado líquido antes das depreciações. Depois, como também acontece nas empresas privadas, existem depreciações e existem imparidades, referindo que nas empresas têm mais imparidades do que nos municípios, são coisas diferentes, são contabilidades diferentes. E, efetivamente depois das depreciações, sendo estas o montante pelo qual o património foi degradado, depreciado, ao longo do ano, dependendo do património, tem uma percentagem, sendo interessante referir que a depreciação do edificado, e principalmente do edificado, porque é esse que tem um valor maior, foi em 2024 no valor de 2 milhões e 813 mil euros, e a contabilização da depreciação do património do Município, então sim, ficam com um resultado líquido de € 2.258.912,43. De seguida, voltou a repetir que o resultado líquido para um município é totalmente indiferente à gestão diária do mesmo, acontecendo o contrário numa empresa privada, pensando que poderá ser por aí a confusão. Em relação ao resultado líquido pensa ficar esclarecida, bem como, a uma outra situação que mencionou, que foi o passivo, relembrando que, nos passivos financeiros, há passivos que aumentam de um ano para o outro e pode ser por boas razões, porque nos passivos há uma rubrica que são os deferimentos, e estes, no caso dos municípios, são é uma rubrica onde estão alocados os contratos e as candidaturas que estão em curso e cujo termo de aceitação não foram terminados, e após ficarem concluídos, passam, digamos assim, e para que todos percebam, não sendo assim tão linear como isto, mas no



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

final passam para o imobilizado, neste caso, porque normalmente as candidaturas do que é imobilizado, do que é obra, depois passam para o capital e passam para o imobilizado do Município e saem do passivo. Mais disse que, quando estão a ler um texto, devem saber interpretar o mesmo na sua totalidade e com a melhor correção possível para depois não levar a conclusões que não são as corretas. Em relação à dívida e ao resultado líquido, referiu que fará para trazer na próxima Assembleia Municipal, o resultado líquido dos últimos 15 anos do Município de Reguengos de Monsaraz e assim comparam os resultados líquidos anteriores e os dois resultados líquidos para perceberem se efetivamente há alguma diferença ou não há diferença nenhuma. Em relação à dívida, em setembro de 2021 seria o máximo que o atual Executivo Municipal previa, lamentando, mas a contabilidade não funciona assim e ainda bem que não funciona. Mais disse que dívida em setembro de 2021, deste município e dos outros todos do País e do mundo inteiro é real, é aquela que está, devidamente comentada e comprovada. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, de como fizeram para diminuir 1 milhão e 700 mil euros em dois meses, também poderia perguntar como é que foi diminuir 5 milhões e 400 mil euros em 3 anos e meio, quando, efetivamente, em 20, 25 ou 40 anos, desde que o Partido Socialista tinha o mandato na Câmara Municipal, nunca o consegui fazer. Mais disse que, existe alguma dificuldade em perceber como é que se diminui 1 milhão e 700 mil euros em 2 meses e 5 milhões e 400 mil euros em 3 anos e meio, quando em 45 ou 44 anos nunca se conseguiu reduzir dívida, apenas há um ano que efetivamente reduziu, o resto aumentou sempre, nunca diminuíram dívida. Mais referiu um outro pormenor, em relação aos empréstimos, ao contrário do que o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca disse, não foi para investimento, o que também está comprovado, podendo facultar os documentos, podendo, inclusive, consultar tanto no portal, foi sim para pagar dívida, para pagar a fornecedores que não pagavam, para pagar água que não se pagava há 9 anos, apenas recordando. Mais disse que, está no volume I do relatório, que dos 15 milhões e 600 mil euros de dívida, o atual Executivo Municipal fechou o ano de 2024, com 13 milhões e 100 mil euros em reestruturação de dívida, dando 83% da dívida em reestruturação de dívida, pagamentos em atraso, PAEL, entre outros, podendo disponibilizar ao Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca para que possa confirmar que, efetivamente,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

é verdade o que estão a dizer e não o que o Senhor Deputado disse. Mais disse que, a dívida de Reguengos de Monsaraz é reestruturação, é pagamento de dívida em atraso, não é investimento, não tem investimento, pelo menos a que encontraram em 2021, no entanto, se recuarem 10 anos atrás é igual, estão lá os processos, está confirmado, não há dívida de investimento. Os investimentos fizeram-se, foram comparticipados, fizeram-se com candidaturas e foram pagos. Mais disse que, foram pagos, mas ficaram 21 milhões de dívida, porque se não tivessem sido pagos, teriam 40 ou 50, ou seja, foram pagas as candidaturas, mas o resto ficou em dívida, não pagando aos fornecedores, por exemplo. Para finalizar repetiu que, 85% da dívida do Município, ou seja, 13 milhões e 100 mil euros aproximadamente, são de reestruturação de dívida de pagamentos em atraso. taços. Em relação à questão de amortizarem 1 milhão e 700 mil euros é muito simples de explicar, ou seja, o Município tinha vários projetos em curso, conhecidos até e que não estavam terminados e que estava à espera de receita, eram candidaturas que aguardavam receita, e essa receita veio, e o atual Executivo Municipal, contrariamente ao que era prática do passado, liquidaram a dívida quando receberam a receita, ou seja, as verbas das candidaturas que não estavam à espera, e liquidaram a dívida, ao contrário de outros tempos que já lá vão em que não pagavam e ficavam a dever, optando-se por pagar outras coisas e não se pagava o que se devia, e que existe para o atual Executivo Municipal liquidar, infelizmente. Mais disse que, é triste, custa-lhe e devia custar a todos, quando comparam com municípios em que Reguengos de Monsaraz, perante esses municípios, até é mais pequeno, com diferenças de 1000 e 2000 pessoas na população e 3000 para outro, e quando percebem que, efetivamente, uma gestão cuidada e rigorosa do Município anda nos números que veem, com orçamentos e dois dos municípios muito idênticos a Reguengos de Monsaraz, que tem dívida de 3 ou 4 milhões, quando têm empréstimos, quando têm candidaturas, vai aos cinco ou seis milhões, a seguir amortiza e volta outra vez ao normal dos 3 ou 4 milhões, não colocando em causa a vida, o dia a dia do Município, sendo essencial. Mais disse que, esses municípios têm tudo o que Reguengos de Monsaraz tem e mais qualquer coisa, por exemplo, Vendas Novas, tem piscinas, até tem uma pista de atletismo que Reguengos de Monsaraz não tem e que gostaria que tivesse e que ainda terá, mas todos esses



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

municípios têm uma gestão rigorosa, criteriosa e séria, mas em Reguengos de Monsaraz, não foi assim até setembro de 2021, infelizmente para todos. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, cumprimentando todos os presentes, bem como, quem assiste à sessão via streaming. Em primeiro lugar, e em nome da bancada do Partido Social Democrata, felicitou mais um ano aquilo que é o trabalho excelente, de gestão financeira da autarquia de Reguengos de Monsaraz e de execução orçamental, mais uma vez uma redução de dívida de quase 1 milhão de euros, considerando ser motivo de congratular o Executivo Municipal, em que todos, sem exceção, todos os Reguenguenses, ficar orgulhosos pelo trabalho por ver o Executivo Municipal de reguengos de Monsaraz cada vez com mais capacidade financeira, com mais autonomia na sua gestão para poder fazer as escolhas que entende e considera mais proveitosas para a sua população. Mais disse que tem que deixar a todos, sem exceção, alegres, felizes e com motivos para felicitar o Executivo Municipal. De seguida, gostaria de colocar algumas questões, uma à Senhora Presidente ou ao Senhor Vice-Presidente, se têm noção a que ano têm que recuar para ter um número de um valor de dívida similar a este que apresentam no documento de prestação de contas, ou seja, quantos anos têm que recuar no passado para encontrar estes valores de dívida. Depois, em relação às argumentações apresentadas pelo Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, pediu permissão para colocar algumas questões, uma delas em relação à receita, em que falou na receita do Município, dando a entender que, por sorte o Município vai adquirindo mais receita ao passar dos anos, e também porque estava a equiparar na questão do resultado líquido e do passivo, fazendo a comparação com o mundo empresarial e com o mundo privado, perguntando porque é que no passado as receitas não aumentavam como estão a aumentar neste momento. De seguida, colocou uma outra questão, quando referiu que todos os empréstimos estão ligados a projetos que trouxeram mais valias ao Município de Reguengos de Monsaraz, perguntando qual foi o projeto inerente à dívida das águas, uma vez que desconhece por completo, qual foi esse projeto e qual foi a mais valia para além dos milhões em juros que têm pago durante estes anos, e o risco que todos têm que recordar que, se não fosse um Município, provavelmente não teriam água nos dias de hoje e se fosse uma empresa, e fazendo essa comparação, certamente não teria água nas suas instalações, porque simplesmente



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

não pagava, não renegociava, e deixou cair o BEI como sabem. Mais disse que gostaria, também, de perguntar qual foi o investimento que foi feito com a dívida das águas e os 7 milhões de euros que ficaram por pagar, acrescido de juros, por todos os Reguenguenses.-----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, gostaria de agradecer a explicação feita pelo Senhor Vice-Presidente, que, sinceramente, partilha da perplexidade, que o mesmo tem em relação a si, uma vez que tem a mesma perplexidade relativamente a ele, porque as explicações normalmente explicam sempre muito pouco e confunde-se tudo. Mais disse que, o exemplo que o Senhor Vice-Presidente apresentou é de uma comparação anual quando falava à pouco da questão do passivo, pelo que, estão a baralhar, mas é grave, é especialmente grave quando o responsável financeiro não sabe quanto é o património desta casa, afirmando que o pode dizer e não é da área, afirmando que são 51 milhões de euros, nos dias de hoje, referindo que em 2020 era de 66 milhões de euros. Mais disse que, por vezes, é importante também fazerem estes exercícios. De seguida, referiu que ignora completamente uma listagem que se encontra nos documentos, onde estão os projetos todos, que obviamente que não é a totalidade da dívida, como é óbvio, mas está lá grande parte dessa dívida, e nesses projetos estão elencadas todas as requalificações, todos os investimentos que foram feitos em Reguengos de Monsaraz nos últimos 20 anos, no entanto, ignora isso completamente, afirmando que não podem somente falar nos que lhes dá jeito falar. Mais disse que têm que falar de tudo, o que dá jeito e o que não dá jeito. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, colocou-me a questão mais fácil de responder, sendo que falou em transferências do Estado, não sendo uma questão de sorte ou de azar, mas uma questão de, felizmente, para todos os municípios as transferências do estado têm tido uma tendência nos últimos anos de crescendo e que tem até a ver com uma Lei, relativamente recente, e que tem a ver com o facto do País ter um superavit, e esse superavit, neste momento, está a ser e distribuído pelos concelhos do País, pelo que, ainda bem que é assim, e que têm conseguido e têm tido, nos últimos anos, algum sucesso em termos de recolha da receita, por exemplo, de IMI e de IMT e por aí fora, e quando o IMI falhou, este ano têm o IMT, por aquilo que viu e ainda bem que que é assim, mas realmente era a questão mais fácil de



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

responder porque não tem a ver com as transferências do Estado e, portanto, aí não têm qualquer tipo de responsabilidade, pelo que, se existe mais receita, ainda bem que existe e a utilizem da melhor forma possível. Mais disse que, fica sempre muito perplexo com as explicações que são aqui dadas, porque normalmente não têm nada a ver com as questões. Se, como acabou por ser assumido, que de facto em 2021 se esperava aquela receita e se sabiam que até ao fim do ano que ia haver uma série de dinheiro de projetos que ia ser recebido, enfim, se já o sabiam, fazer a previsão mais pessimista possível, percebe do ponto de vista político, mas do ponto de vista da honestidade intelectual, se calhar deixa um pouco desejar. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir que gosta da palavra perplexidade utilizada pelo Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, porque de facto é de deixar qualquer pessoa perplexa as suas intervenções, sobretudo a última, considera extraordinária. Mais disse que, o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, pergunta sobre o resultado líquido negativo, e o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu. O Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, pergunta sobre como é que o atual Executivo Municipal até ao fim de 2021 conseguiram aquele milhão e qualquer coisa abater à dívida, e o Senhor Vice-Presidente explicou porque é que e como é que o conseguiram fazer, e mesmo assim continua a dizer que tem dúvidas e que o Senhor Vice-Presidente não respondeu às suas questões. Mais disse que, ouviu a resposta a todas as questões. Mais disse que, quando o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca diz que não se pode só falar naquilo que importa, subscreve inteiramente. De seguida, convidou todos os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas a abrirem na página 11 do Volume I do Relatório de Gestão e nos dois últimos parágrafos, antes do último quadro, e atenção que estão a falar de documentos e que são elaborados por Técnicos deste Município, em conjunto, obviamente, com os decisores e com os governantes e que são altamente qualificados, portanto, não vão colocar em causa nada do que está aqui escrito, por favor, porque isso levaria a outra questão muitíssimo desagradável para com os colegas, e que diz *“Ainda em relação à dívida existente, em 31 de dezembro de 2024, sabemos que uma parte da mesma se deve ao Município ter sido sujeito ao PAEL, ao Saneamento Financeiro e à celebração de Acordos de Regularização de Dívida com a Águas do Vale do Tejo, SA. Estes processos tiveram a sua origem na falta de pagamento atempado das dívidas contempladas nos mesmos.”*. De



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referiu que a isto se chama “calotes”. Mais disse, e continuando o que diz o documento, *“Em 31 de dezembro de 2024, a dívida total de 15,68 milhões de euros, contempla dívida existente de 13,1 milhões de euros por incumprimento atempado de pagamentos no passado...”*. De seguida, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, afirmou uma vez mais que a isto se chama “calote”, ou seja, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, até 2021, devia a toda a gente, não pagava. Diz ainda o documento que esta dívida do passado representa 83% da dívida total, significando que esta percentagem de 83%, era de dívida por incumprimentos atempados. Por mais voltas que o Partido Socialista queira dar, não consegue fugir ao fado das Águas do Vale do Tejo, S.A., de receber o dinheiro dos Reguenguenses e não o pagar, como os 7 milhões e 200 mil euros e foram quatro acordos de regulação de dívida que foram violados, sistematicamente, ou seja, quatro vezes que as Águas do Vale do Tejo, S.A., tentaram negociar com o Município de Reguengos de Monsaraz e este não cumpriu com os acordos, pelo que estão a falar de um “calote” puro. Relativamente àquilo que é investimento, o Senhor Vice-Presidente disse que, Estremoz tem todos os equipamentos e até mais que Reguengos de Monsaraz, bem como, Vendas Novas que também não lhe conhece nenhum déficit em termos de equipamentos municipais, assim como, não reconhece a Montemor-o-Novo, comparando com os outros três, estando a falar de endividamento. De seguida, e para terminar o tema da perplexidade, também viu escrito pelo Partido Socialista, há meia dúzia de meses, que em 1980 esta dívida se deve também porque em 1980 e qualquer coisa se fez um investimento em saneamento básico, que engloba águas e esgotos, ou seja, justificando a dívida em 2021 de 21 milhões de euros, e repetiu com toda a segurança, afirmando que a Presidente da Câmara não é mentirosa. Mais disse que, também não conhece em Estremoz, Montemor-o-Novo ou Vendas Novas, a falta de água e esgotos, mas reconheço-lhes entre 4 a 6 milhões de euros de dívida. Mais disse que, considera muito importante estes dois parágrafos, *“Em 31 de dezembro, a dívida total era de 15 milhões de euros...”* e *“...contempla dívida existente de 13,1 milhões de euros por incumprimento atempado de pagamentos no passado, o que representa 83% da dívida total...”*, a que acrescentaria a seguir à palavra *passado*, que foi por parte do Partido Socialista, ou seja, se o Partido Socialista tivesse pago atempadamente as suas dívidas, se o Partido Socialista não tivesse feito uma gestão danosa, absolutamente danosa deste Município, neste



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

momento a dívida era muitíssimo inferior e rondaria, eventualmente, os 2 milhões de euros, pelo que podem imaginar o que seria o Município de Reguengos de Monsaraz com uma dívida de 2 milhões de euros e o que poderiam, em termos de orçamento municipal, fazer pelas pessoas. Mais disse que, o que está em causa, e nisso concorda com o deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, não são só números, é a vida das pessoas, e a dívida do Município impacta todos os dias negativamente na vida dos Reguenguenses, porque os Senhores do Partido Socialista deixaram esta Câmara Municipal completamente de rastos e praticamente falida. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, para referir que, mais uma vez considera lamentável o tipo de terminologia que se vai utilizando por aqui, sendo que “calotes” poderiam falar em muita coisa também, podiam falar das dívidas que, neste momento, existem a fornecedores de serviços e que vão externamente dizendo que lhes devem muito dinheiro, sendo também um “calote” certamente, embora alguns deles não apareçam nas contas apresentadas, mas isso é um assunto para outros para outros 500. Mais disse que, se considera que certamente teria uma dívida de 2,5 milhões e teria o Concelho que tem hoje, enfim, qualquer pessoa com um mínimo de sentido, percebe que isso é completamente impossível ter a requalificação que tem. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir o argumento do Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca é uma falácia, e que os Concelhos que estão em comparação são perfeitamente desenvolvidos e não têm esta dívida. Mais disse que os Senhores Deputados do Partido Socialista não podem insistir a enganar os Reguenguenses. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, para referir que “falácia” significa comparar o incomparável. Mais disse que, agradece que a Senhora Presidente não faça resumos relativamente ao que ele próprio diz. De seguida, questionou se considera possível terem o Concelho que têm atualmente e terem uma dívida de 2,6 milhões, afirmando que o Executivo Municipal estão numa outra realidade, claramente. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir que claro que considera perfeitamente possível ter o Concelho que têm



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

atualmente, com 2 milhões de euros de dívida, e trouxeram outros três concelhos muito próximos de Reguengos de Monsaraz, em termos de população, para comparação, Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Estremoz, mas têm sempre feito com base em suposições, mas na presente data resolveram trazer números, sendo que a gestão financeira nestes três concelhos foi feita de outra forma que não foi feita em Reguengos de Monsaraz, sendo que, por cá foi feita de forma incompetente. Mais disse que, compreendem que é muito difícil de aceitar por parte do Partido Socialista esta verdade incontornável, e que não se pode desculpar o indesculpável, uma vez que não tem desculpa. Mais disse que, até podem querer fazer, até podem assumir, querem fazer um corte com o passado, mas o que se passou não está certo, e coloca o Partido Socialista numa posição muito negativa perante as pessoas, porque as pessoas percebem as coisas, e percebem que os Senhores estão a tentar desculpar 20 milhões de euros de dívida, afirmando que não têm desculpa e que 83% dessa dívida foi para pagar “calotes”, afirmando que esta palavra no dicionário da língua portuguesa, não sendo nenhuma palavra de extraordinário, o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca é que fica muito ofendido quando falam como pessoas normais, uma vez que as pessoas que estão num patamar superior intelectualmente, provavelmente não gostarão deste tipo de discurso. -----

----- Usou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, referindo que tendo em conta o que disse o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, respondeu que, em relação ao que é o património do Município, afirmou saber qual o valor do mesmo, tal como sabe que já tiveram 60 milhões e sabe que, atualmente, têm 50 milhões, no entanto isso não lhes serve para nada, até poderiam ter 300 milhões, não alterando rigorosamente nada nas contas do Município, absolutamente nada. Mais disse que, não iria voltar ao tema porque não pode continuar a lutar contra o desconhecimento e a esse nível já percebeu que o desconhecimento é total, no entanto, afirma não permitir a acusação de desonestidade intelectual não lhe admite, agradecendo que não o volte a repetir. -----

----- Usou a palavra o Senhor Deputado Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, para referir querer demonstrar o que é a gestão e o que são os proveitos que se tiram da gestão financeira positiva para o Município. Mais disse que, no ano de 2024, apesar de notarem claramente que as escolhas



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

do atual Executivo Municipal para a promoção do território, para as questões do turismo e para os investimentos, são completamente diferentes do passado, mas a verdade é que tiveram os melhores números de sempre, segundo o INE – Instituto Nacional de Estatística. Mais disse que, tiveram o maior número, de sempre, de visitantes em Reguengos de Monsaraz e no concelho de Reguengos de Monsaraz. De seguida. Deu um exemplo, não sabendo se o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca se identifica, em que no final do mandato do anterior Executivo Municipal, houve um evento, e porque a promoção do território era a grande bandeira do anterior executivo e tudo passava por aí, tinha que ser, tinha que se investir, tinha que se gastar, o evento denominado Water World Forum For Life, em que o Município de Reguengos de Monsaraz recebeu financiamento, mas ainda desembolsou praticamente 300 mil euros, sendo este o valor que o atual Executivo Municipal não gasta na promoção do território, e a verdade é que, em 2024, tiveram os melhores números de sempre no turismo considerando que isto tem algum significado.

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, para referir que em relação à questão da honestidade intelectual não a referiu olhando para alguém, mas quando alguém com responsabilidade nesta casa, e nomeadamente na área da gestão, diz, publicamente, que o património é uma coisa que não tem significado nenhum na análise de umas contas, considera que o assunto está encerrado e deu para perceber muita coisa. Relativamente à intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal quando fala nos Reguenguenses, referiu que o Partido Socialista, neste momento, em Reguengos de Monsaraz, numa posição muito melhor para com as pessoas e para com os Reguenguenses, do que talvez imagine. -----

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir que o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca referiu que são todos responsáveis por estas contas, e ela própria também referiu e refutou essa afirmação, dizendo que até 2021 não eram responsáveis, somente a partir de setembro de 2021,, pelo que, deixaria essa reflexão ou essa conclusão de que, efetivamente o Partido Socialista é responsável pela destruição das contas do Município e o Partido Social Democrata é responsável pela sua recuperação. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- Usou a palavra o Senhor Deputado José Luís Janeiro de Oliveira Merca, para referir que, e para não deixar estas baralhações, que quando disse que são todos responsáveis pelas contas, referia-se às contas deste ano, de 2024, o documento em apreço e que vão aprovar na presente sessão, não estando a falar no global ou no geral. -----

----- Ponderado e apreciado este assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com nove votos a favor, sendo oito dos Senhores Deputados do Partido Social Democrata (Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, Sandra Isabel Lopes da Silva, Nuno Miguel dos Santos Lavaredas, Eleonora de Jesus Fernandes Paixão, Rogério Paulo Carujo Carreteiro, Jorge Eduardo Fortes Agostinho, Elsa Cristina Lopes Godinho e Pedro Miguel Varela Mata da Conceição) e um do Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária (António José Moreira Colaço) e com sete abstenções dos Senhores Deputados do Partido Socialista (João Carlos Borrego Alves da Silva, José Luís Janeiro Oliveira Merca, Maria Manuela Rodrigues Marques, Ana Rita Espenica Godinho Feijão, Pedro Manuel Sousa Vaz de Carvalho, Vânia Isabel dos Santos Ramalho e Nuno Isidro de Ambrósio Pinto): -----

----- a) Aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Município de Reguengos de Monsaraz atinentes ao exercício económico-financeiro de 2024; e, -----

----- b) Que o resultado líquido do período de 01.01.2024 a 31.12.2024, no montante de € - 2.258.912,43, seja transferido para a conta 561, Resultados Transitados (períodos anteriores). -----

Revisão n.º 2 ao Plano Plurianual de Investimentos 2025-2029 e Orçamento 2025

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, fez presente uma certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada no dia 16 de abril de 2025, referente à Revisão n.º 2 ao Plano Plurianual de Investimentos 2025-2029 e Orçamento 2025, cujo teor ora se transcreve: -----

“Certidão

----- Maria Manuela Freire Martelo, na qualidade de Secretária desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em regime de substituição, nos termos do Despacho n.º 3-A/GP/2021, datado de 20 de outubro de 2021, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates: -----

----- CERTIFICA que na reunião do órgão executivo realizada no dia 16 de abril de 2025, em que se encontravam presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, a Senhora Vereadora



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, o Senhor Vice-Presidente, Francisco José Cardoso Grilo e a Senhora Vereadora Dália Maria Saraiva dos Santos, foi aprovada em minuta, a Proposta n.º 39/VP/2025, firmada em 11 de abril de 2025, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, com o teor que ora se transcreve:-----

“Proposta n.º 39/VP/2025

Revisão n.º 2 ao Plano Plurianual de Investimentos 2025-2029 e Orçamento 2025

Em ordem ao preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º em conjugação com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborada a Revisão n.º 2 ao Plano Plurianual de Investimentos 2025-2029 e Orçamento 2025, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.

Termos em que somos a propor ao executivo municipal:

- a) A aprovação da Revisão n.º 2 ao Plano Plurianual de Investimentos 2025-2029 e Orçamento de 2025;*
- b) Submeter o aludido documento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, em harmonia ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; e*
- c) Determinar à Divisão de Gestão Financeira a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta.”*

----- Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 39/VP/2025; -----

----- b) Aprovar a Revisão n.º 2 ao Plano Plurianual de Investimentos 2025-2029 e Orçamento de 2025; -----

----- c) Submeter o aludido documento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, em harmonia ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- d) Determinar à Divisão de Gestão Financeira a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da presente deliberação.” -----

----- Ponderado e apreciado este assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Revisão n.º 2 ao Plano Plurianual de Investimentos 2025-2029 e ao Orçamento de 2025, em harmonia ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, informou que, de seguida, se entraria no período de intervenção aberto ao público, de conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- Não se registou qualquer pedido de intervenção por parte do público. -----

Retirada da Sala de Sessões

----- Ausentou-se da Sala de Sessões, o Senhor Deputado António José Moreira Colaço, da bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária, sendo 20 horas e 50 minutos, o qual havia avisado, antecipadamente, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, que teria que sair por compromissos familiares inadiáveis. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA

----- Lavrada e lida pelo Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, Rogério Paulo Carujo Carreteiro, ficou aprovada por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia Municipal, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

ENCERRAMENTO

----- Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram vinte horas e cinquenta e cinco minutos, quando a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos, desejando a todos um bom Dia do Trabalhador e quem tiver oportunidade, a assistir, na presente data, pelas 21.30 horas, no Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz, ao espetáculo de beneficência a favor da Rádio Voz de Reguengos, C.R.L., tendo em conta o que aconteceu em virtude da tempestade. ----

----- E eu, Maria Manuela Freire Martelo, Técnica Superior, a redigi, que depois de lida e aprovada integralmente na sessão seguinte, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.

----- A Presidente da Mesa: _____



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário: _____

----- O Segundo Secretário: _____